

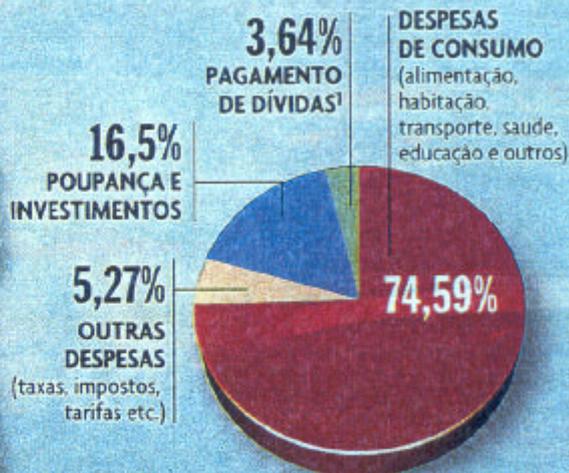


**Metrô de São Paulo na década de 70: ritmo de expansão**

SERGIO SADE

## COMPOSIÇÃO DO ORÇAMENTO EM 1974-1975

Famílias conseguiram poupar



**GASTOS COM IMPOSTOS EM 1974-1975**  
Incluem apenas impostos diretos, como IRPF, IPVA e IPTU

1,19%

(1) Inclui pagamento de carnês, prestações e empréstimos bancários. Fonte: IBGE

**Economia e Negócios**

# O LEÃO INSACIÁVEL

O IBGE mostra que o gasto das famílias com impostos diretos quadruplicou nos últimos trinta anos

Lucila Soares

**N**os últimos trinta anos o Brasil passou por um incalçável progresso. Firmou-se como país urbano e industrial, modernizou o campo, melhorou o acesso da população a serviços básicos como saúde e educação e também a serviços sofisticados, como informática e telefonia celular. No mesmo período, entretanto, o brasileiro empobreceu, endividou-se, reduziu sua capacidade de poupança e, principalmente, financiou o crescimento de um Estado cada vez mais gastador e ineficiente. Esse é o retrato do Brasil que emerge da

Pesquisa de Orçamentos Familiares, divulgada na semana passada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A pesquisa é a maior do gênero já realizada no país. Foi a campo entre julho de 2002 e julho de 2003 e colheu informações em 48 470 domicílios de todas as regiões. Comparada ao levantamento feito entre 1974 e 1975, quando o país ainda vivia os ecos do milagre brasileiro, traz números impressionantes. Mostra que as despesas cotidianas absorvem hoje praticamente toda a renda. Nos anos 70, essas despesas, que incluem alimentação, habitação, vestuário, transporte e outras, mais taxas e impostos diretos, absorviam cerca de 80% do orçamento. Em 2003, esse percentual subiu para 93%. Um dos gastos que subiram de forma mais vertiginosa foi exatamente o destinado a satisfazer a voracidade do Estado. Em trinta anos, a despesa do brasileiro com impostos diretos multiplicou-se por quatro. Passou de 1,19% para 4,46% do orçamento (veja quadros acima).

Preste atenção: o IBGE não mediu o que o cidadão paga de impostos toda vez que faz uma compra, telefona, põe gasolina no carro ou acende a luz. Ou seja, passou longe de uma dimensão real do peso dos impostos no orçamento doméstico, que é parte importante da monumental carga tributária de 36% do produto interno bruto, isto é, de tudo o que o país produz em bens e serviços. Ainda assim, medindo apenas uma parcela dos tributos vê-se que eles representam mais que o gasto médio das famílias com educação, que é de 4,1% das despesas de consumo. As consequências são sérias. "Isso sacrifica o crescimento. O dinheiro que a família teria disponível para educar-se, capacitando-se a gerar mais renda, está sendo transferido ao Estado", diz o economista Eduardo Giannetti, do Ibmec. Pior: está sendo transferido ao Estado para ele gastar em despesa corrente, e não para devolver à sociedade em serviços o que ela pagou em impostos. Não se trata de negar os

ANTONIO MILANA

## COMPOSIÇÃO DO ORÇAMENTO EM 2002-2003

Quase sem folga para investir



(1) Inclui pagamento de carnês, prestações e empréstimos bancários. Fonte: IBGE



avanços em educação e saúde, por exemplo. Mas a qualidade dos serviços é ruim. E o Estado tem se mostrado claramente incapaz de enfrentar problemas graves, como o enorme déficit habitacional, a escalada da violência nas grandes cidades ou a precariedade da infraestrutura de transportes.

O sorvedouro estatal tem três vertentes. A necessidade de financiamento da dívida pública, que corresponde a 56%

do PIB, faz o juro real brasileiro ser o segundo maior do mundo e dá origem a uma conta que absorve 7% do PIB. O rombo da Previdência Social engole outros 7%. Para completar, existe um emaranhado de impostos e atribuições municipais, estaduais e federais que aprofunda o fosso entre o que o cidadão paga e o que recebe. A conta é de Eduardo Giannetti. A Constituição de 1988 aumentou a receita de Estados e municí-

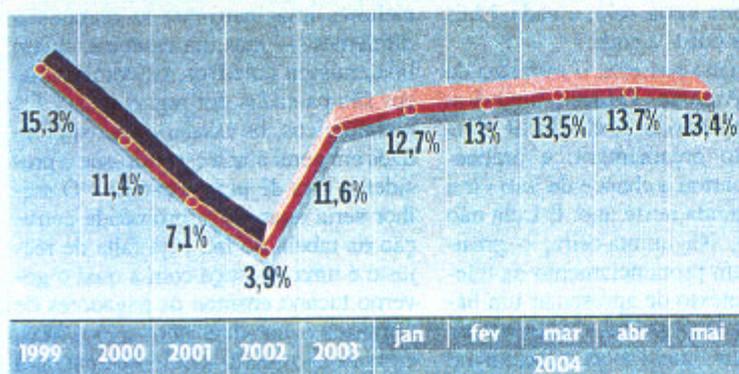
pios em 6,4% do PIB. Num Estado genuinamente federativo, seria lógico que a receita da União caísse proporcionalmente, uma vez que as atribuições teriam sido divididas. Mas a União manteve atribuições superpostas às de Estados e municípios e, claro, continuou cobrando por elas. E ainda criou mecanismos de arrecadação destinados exclusivamente ao financiamento de todo esse rombo, como a CPMF.

As conseqüências saltam aos olhos na radiografia do orçamento doméstico. Não sobra quase nada para investimento e poupança. Esse gasto teve sua participação reduzida de 16,5% para 4,7% no conjunto de despesas das famílias. Um resultado particularmente grave num país onde a poupança interna, de apenas

### Metró de São Paulo hoje: na rota da saturação

## Dinheiro caro

Taxa de juro real\* no Brasil



\* A Selic acumulada em doze meses, descontado o INPC do mesmo período

\*\* Taxa Selic menos a inflação projetada para os próximos doze meses

O Brasil tem a segunda maior taxa de juro real do mundo\*\*. Perde apenas para a Turquia

- 1 Turquia
- 2 BRASIL
- 3 África do Sul
- 4 Israel

Fontes: Global Invest e Tendências

## Novo perfil

O brasileiro gasta menos com alimentação, e habitação é o item que mais pesa no orçamento

### ALIMENTAÇÃO

1974-1975 33,9%

2002-2003 20,7%

### HABITAÇÃO

1974-1975 30,4%

2002-2003 35,5%

### TRANSPORTE

1974-1975 11,2%

2002-2003 18,4%

### EDUCAÇÃO

1974-1975 2,3%

2002-2003 4,1%

Fonte: IBGE

18% do PIB, é claramente insuficiente para retomar o crescimento. Para se ter uma idéia, na Coreia do Sul a taxa de poupança é de 38% do PIB. O dado que completa o quadro preocupante é a queda de quase 50% da parcela do orçamento destinada ao pagamento de dívidas — de 3,64% para 1,98%. Isso não significa apenas que as famílias não têm dinheiro para quitar dívidas já contraídas. O aperto no cinto é real, e aparece em outra informação estarrecidora, de que 85% das famílias brasileiras gastam mais do que recebem. Mas o pior significado dessa queda é a confirmação de que não há crédito, o que joga para um horizonte incerto a retomada do crescimento.

O lado positivo desse quadro tão sombrio é a própria pesquisa. As decisões tomadas privadamente sobre em que gastar o dinheiro que se ganha com o trabalho, a aposentadoria ou qualquer outra fonte de renda formam um painel precioso sobre o que vai bem ou mal num país. A análise desse conjunto não vai trazer soluções para as mazelas estruturais do Estado brasileiro. Mas permitirá planejar ações, estabelecer prioridades e fazer as correções necessárias em programas já em curso. Diz Marcelo Neri, do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas: "A pesquisa mostra o que as pessoas estão conseguindo fazer e onde o Estado deveria estar agindo, aportando políticas e recursos". ■

## ANDRÉ PETRY

# Ficou feio, presidente



As questões pessoais parecem afetar o presidente Lula de modo particularmente intenso. Mais até do que os assuntos de Estado. Além de sua reação despapada contra o repórter do jornal *The New York Times* cuja reportagem insinuou que bebia demais, Lula ficou muito abalado no fim do mês passado, quando discursava a uma plateia de metalúrgicos da Mercedes-Benz, em São Bernardo, e ouviu um princípio de vaia. Não esperava passar por tamanho constrangimento no seu berço político. Ficou arrasado. No Palácio do Planalto, há quem explique o frenético empenho de Lula em descolar um aumento maior para o salário mínimo — faina que se desdobrou naquela mesma semana do fim de abril — como uma forma de

compensar a vaia de São Bernardo. Pode ser. Pena que o presidente não tenha se dedicado também a compensar a vaia fazendo cumprir uma promessa. No discurso aos metalúrgicos, Lula chegou a dizer que "até sexta-feira" teria novidades sobre o imposto de renda, dando a entender que, até aquele dia, 30 de abril, anunciaria o reajuste da tabela do IR, uma bandeira levantada pelas centrais sindicais. A sexta chegou, passou, e nada. Outra sexta veio, e nada. Mais uma e mais outra, e nada.

Na semana passada, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, anunciou que um reajuste da tabela do IR seria um tumulto orçamentário e praticamente descartou a chance de isso vir a acontecer ainda neste ano. E Lula não disse nada. Na quinta-feira, o presidente fez um pronunciamento na televisão, a pretexto de apresentar um balanço dos seus 500 dias de governo. Houve quem, movido pelo otimismo ilimitado, apostasse que Lula anunciaria o tal reajuste em pleno discurso de

rádio e televisão, para produzir assim maior impacto nacional. Outros, mais realistas, apostaram que o presidente explicaria aos assalariados em geral, e particularmente aos metalúrgicos cujas vaias tanto lhe magoam, por que não tivera condições de anunciar o reajuste na data prometida. Ou por que não haveria reajuste algum da tabela do IR, confirmando assim as razões do ministro Palocci. Mas o presidente nem tocou no assunto. Nem uma palavra. Nem um lamento. Nem desculpas. Uma explicação qualquer. Um pedido de novo prazo. Nada.

O presidente da República, já em pleno exercício de seu mandato e não mais sob aquela atmosfera emocional da campanha eleitoral, pode subir num palanque, fazer uma promessa, descer do palanque e não tocar mais no assunto? Na vida comum, entre amigos, vizinhos ou colegas de trabalho, uma promessa descumprida, um acordo desfeito, um arranjo rompido costumam merecer ao menos uma explicação. Na

vida pública, muitos políticos e mesmo eleitores imaginam que as regras são diferentes — mas, na essência, sejam bilaterais ou coletivos, os compromissos são pautados por regras iguais. Os metalúrgicos, os assalariados, os cidadãos em geral ainda esperam que o presidente lhes dê uma satisfação. O melhor seria anunciar a prometida correção da tabela do IR, cuja falta de reajuste é uma injustiça com a qual o governo tucano ensinou os pagadores de impostos a conviver anos a fio. Mas, embora não seja o ideal, uma explicação de Lula já bastaria. Nem que seja por etiqueta, elegância ou respeito.

*"O melhor seria anunciar a correção da tabela do IR, cuja falta de reajuste é uma injustiça com a qual os tucanos ensinaram os pagadores de impostos a conviver anos a fio"*